

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Estudo Técnico Preliminar 79/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64510.007217/2025-30

2. Descrição das Informações Básicas

2.1. Objeto: Contratação de empresa especializada de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva ou preventiva, com fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército e UG integrantes do GCAL/11ª Bda Inf Mec.

2.2. Na elaboração do presente Estudo, foram utilizadas as seguintes legislações:

- a. Lei 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- c. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021;
- d. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares);
- e. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;
- g. Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- h. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- i. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- j. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- k. NR-23: Proteção Contra Incêndios; e
- l. ABNT NBR 16083:2012.

2.3. **Aprendizado em contratações anteriores:** por meio das análises de contratações anteriores não se constitui em bases confiáveis para quantificar precisamente e com segurança os quantitativos a serem contratados, para sanar essa deficiência utilizou-se da experiência dos profissionais que operam nas respectivas Organizações Militares, tendo por fundamento a boa técnica da engenharia.

2.4. Natureza do objeto e modalidade de licitação

2.4.1. Trata-se de **serviço comum de engenharia**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **pregão**, em sua forma eletrônica, no sistema de registro de preços (SRP).

2.4.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.5. Vínculos entre a contratada e a administração

2.5.1. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.6. Vistoria

2.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:30 horas às 11:30 horas ou das 13:30 às 16:00 horas.

2.6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelos e-mails: ch-conserv@espceeb.mil.br e/ou adj-secproj@espceeb.mil.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

2.6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.6.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

2.6.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.7. Controle e fiscalização da execução

2.7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante.

2.7.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do serviço e do contrato.

2.7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

2.7.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução do serviço deverá ser verificada acompanhado de documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

2.7.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

2.7.6. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.8. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017.

2.8. Subcontratação

2.8.1. Conforme o art. 48, II, da LC nº 123/2006 (com a redação da LC nº 147/2014), bem como no art. 7º do Decreto nº 8.538/2015, o órgão deve avaliar a obrigatoriedade da licitante vencedora em subcontratar ME/EPP. O primeiro ponto de destaque em relação a esse privilégio diz respeito às responsabilidades dos particulares em face da administração. Muito embora exista a

possibilidade de subcontratação de pequenos empreendimentos, isso não configura uma cessão de contratos, ou seja, a responsabilidade pelo adimplemento contratual continua sendo do licitante que firmou contrato com o poder público. Da leitura do caput do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015 é possível extrair que a subcontratação, sendo possível apenas para contratação de serviços e obras. Além disso, trata-se, de uma discricionariedade conferida ao gestor público, diferentemente do que ocorre com as licitações exclusivas e com as cotas de bens, que são imposições legais sem qualquer margem de liberdade ao gestor. Entende-se que a decisão de admitir a subcontratação de ME e EPP constitui faculdade da Administração, autorizada pela LC nº 123/2006, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade. Ademais, o TCU entende que esse tratamento diferenciado apenas poderá ser concedido quando:

- “• existir regulamentação específica na esfera legislativa para o ente no qual se insere o órgão ou entidade contratante;
- for expressamente previsto no ato convocatório;
- **for vantajoso para a Administração e não representar prejuízo para o conjunto do objeto a ser contratado;**
- houver, no mínimo, três competidores que se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sediada na região ou no local da licitação, com capacidade para cumprir as exigências do ato convocatório;
- não se enquadrar nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação previstos nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.”

2.8.2. Assim, o benefício previsto no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006 não constitui regra, podendo não ser admitido, conforme o caso. Dessa forma, no uso da discricionariedade conferida ao gestor público e buscando diminuir os riscos para a administração, não será admitida a possibilidade da contratada em subcontratar, seja ME/EPP ou empresas de grande porte.

2.8.3. Será anexada justificativa nos autos do processo licitatório pela não aceitação da possibilidade de subcontratação.

2.9. Empresas reunidas em consórcio

2.9.1. Resolve-se pela não aceitação de empresas reunidas em consórcio, considerando o seguinte:

2.9.1.1. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordos para eliminar as competições.

2.9.1.2. É mais econômico e conveniente ao ente público, na aquisição de bens e prestação de serviços, a execução contratual com apenas uma empresa, estabelecendo um vínculo comercial muito mais claro e de fácil trato, de modo a conjugar um menor preço e um melhor produto ou serviço, assim bem como a facilitar a fiscalização, cobrança e/ou execução contratual.

2.9.2. Será anexada justificativa nos autos do processo licitatório pela não aceitação da possibilidade de subcontratação.

2.10. Atividades de custeio

2.10.1. O Decreto nº 10.193 de 27 de dezembro de 2019, estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade Social, onde se destaca a previsão contida em seu artigo 3º;

2.10.2. A Portaria 249, de 13 de junho de 2012, ainda em vigor, que estabeleceu normas complementares para o cumprimento do já revogado Decreto 7.689/12, menciona em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais.

2.10.3. A administração anexará aos autos do processo licitatório que os itens pretendidos para a licitação se configuram como atividades de custeio nas hipóteses da Portaria 249, de 13 de junho de 2012 e com fundamento no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019

2.11. Garantia da execução:

2.11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

2.12 Planejamento preliminar de execução:

2.12.1. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército não terá que realizar adequações uma vez que o serviço é programado e por demandas esporádicas, a contratação não exigirá equipe residente.

2.12.2. A Instituição possui em seu quadro pessoal habilitado para conferência do serviço prestado.

2.12.3. Cronograma:

- 20 de agosto de 2025 a 30 de outubro de 2025 – Planejamento;
- 31 de outubro de 2025 a 11 de novembro de 2025 – Confecção do termo de referência e projeto;
- 12 de novembro de 2025 a 18 de novembro de 2025 – Licitação, (lançamento da IRP, confecção do edital e montagem processo);
- 19 de novembro de 2025 a 01 de dezembro de 2025 – Análise Jurídica AGU;
- 16 de dezembro de 2025 a 26 de março de 2026 – Licitação (análise do parecer jurídico, abertura da seção pública e homologação); e
- 27 de março 2026 a 03 de abril de 2026 – Assinatura do contrato e início das atividades da empresa contratada.

2.12.4. As informações utilizadas na elaboração dos Estudos Preliminares estão enquadradas na Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|--|
| Prefeitura Militar da Escola Preparatória de Cadetes do Exército | Luiz Eduardo Trindade Santana - 1º Ten - Chefe da Seção de Conservação |
| Seção de Projetos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército | Everton Pinheiro de Oliveira - 2º Ten - Adjunto da Seção de Projetos |

4. Descrição da necessidade

3.1. Contratação de empresa especializada de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva ou preventiva, com fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

3.1.1. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) tem sob sua responsabilidade a Seleção dos candidatos e a preparação do futuro cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), dando início à formação do oficial combatente do Exército Brasileiro.

3.1.2. Neste contexto, o presente documento apresenta o estudo técnico preliminar (ETP) realizado pela Equipe de Planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, observadas as peculiaridades atuais deste estabelecimento de ensino.

3.1.3. A EsPCEEx é uma unidade do Exército Brasileiro localizada na cidade de Campinas-SP, com um efetivo total de cerca de 1.000 (um mil) militares, além de servidores civis e prestadores de serviços terceirizados que trabalham em várias repartições desta Unidade. O Corpo de Alunos, sendo uma das Divisões da EsPCEEx, possui em seu corpo discente aproximadamente 440 (quatrocentos e quarenta) alunos, os quais, em sua formação em regime de internato. As manutenções para a conservação das edificações da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, contribuem para a excelência no que se refere a preparação dos alunos para a formação dos futuros oficiais de carreira;

3.1.4. Além dos equipamentos e elementos diversos, a estrutura da EsPCEEx também precisa passar por um processo de manutenção predial, no que diz respeito ao cuidado com uma série de itens indispensáveis para o bom funcionamento da escola. Se dada menos importância pode ter consequências quando tudo pode ser evitado com um processo bem estruturado, principalmente quando se trata do patrimônio público e histórico. Por isso, a manutenção predial da EsPCEEx, deve ser levada a sério e ser aplicada com qualidade e visando o mínimo de custo possível;

3.1.5. Apesar de muito bem conservada para os mais de 70 (setenta) anos de existência, essa Escola necessitará de alguns serviços de recuperação e adequação das suas instalações, a fim de bem atender as demandas, o asseio com o patrimônio e o ensino de qualidade. Trata-se de instalações antigas destinadas, há mais de 7 (sete) décadas, a acolher e a alojar, em regime de internato, centenas de jovens alunos e demais pessoal da administração que contribuíram ao longo de anos de intensa atividades militares, desportivas e universitárias à deterioração contínua e incessante do seu patrimônio; e

3.1.6. Há, dentre as categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste órgão, profissional para o correto dimensionamento e acompanhamento dos serviços;

3.1.7. As atividades de manutenção não implicam em limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, exercício do poder de polícia, ou manifestação da vontade do Estado pela emanção de atos administrativos.

3.1.8. Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”

3.1.9. Quantitativo de serviço demandado: o quantitativo do serviço pretendido está especificado no quadro 1.1.1 do Termo de Referência.

3.1.9.1. Para atender a demanda da EsPCEEx, o serviço deve ser contratado pela Escola, via licitação, com recursos repassados pelos Órgãos Superiores da administração, pois não são fornecidos pela cadeia de suprimento do Exército;

3.1.9.2. O quantitativo do serviço solicitado representa a necessidade estimada para um período de 12 (doze) meses e pauta-se no quantitativo do serviço demandado, na metragem quantitativa da instalação a ser adequada e da necessidade da manutenção preventiva, visando a conservação e também na necessidade da manutenção corretiva.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.1.1. Além da documentação necessária, conforme legislação vigente, Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e no Edital, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar as seguintes documentações complementares:

5.1.1.1. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior ou outro apto a desenvolver as atividades relacionadas com o objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico no Contrato, mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional e de um documento que comprove o vínculo empregatício com a Licitante; e

5.1.1.2 Declaração datada e assinada pelo responsável legal da empresa de que durante a execução dos serviços usará os equipamentos de proteção individual.

5.1.2. O serviço a ser contratado não possui natureza continuada.

5.1.3. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

5.1.3.1 Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

5.1.3.2 Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

5.1.3.3 Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante;

5.1.3.4 A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

5.1.3.5 Aplicam-se ao Termo de Referência, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) que trata dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais; e

5.1.3.6 Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

5.1.4. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

5.1.4.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

5.1.4.2. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; e

5.1.5.3. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança.

5.2. É necessária a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.3. Demais obrigações estarão no Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

6.1. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército enfrenta um desafio com a falta de mão de obra especializada para realizar uma ampla gama de serviços de manutenção predial. Esses serviços incluem todos os componentes de uma edificação, como alvenaria, telhado, pinturas, fechaduras, portões,

instalações elétricas e hidráulicas, desde a manutenção preventiva, essencial para evitar falhas e garantir a operacionalidade contínua das instalações, até a manutenção corretiva, necessária para resolver problemas emergenciais que possam surgir. Diante dessa realidade, torna-se crucial realizar um processo licitatório por meio de Pregão eletrônico SRP. Esse procedimento permitirá à Escola contratar empresas do mercado que possuam a expertise necessária para executar tais serviços com eficiência e qualidade, assegurando assim que o ambiente escolar mantenha seus padrões elevados de funcionamento e conserve seu valor como patrimônio histórico e bem público.

A valorização e preservação da Escola Preparatória de Cadetes do Exército como patrimônio histórico e bem público dependem diretamente da capacidade de realizar manutenções regulares e emergenciais de suas estruturas físicas. Com a realização do processo licitatório via Pregão eletrônico SRP, a instituição poderá contar com empresas especializadas para realizar não apenas reparos pontuais, mas também cuidar de sistemas elétricos e hidráulicos, que são essenciais para o dia a dia da Organização Militar. Essa abordagem proativa não apenas garante a operacionalidade contínua das instalações, mas também contribui para a segurança e conforto dos alunos, demais militares e civis que frequentam e trabalham no local. Dessa forma, o investimento em serviços de manutenção especializada não apenas atende às necessidades operacionais imediatas da escola, mas também assegura a conservação a longo prazo deste importante patrimônio educacional e cultural.

6.2. Não foi possível concluir a pesquisa de preços, por meio dos parâmetros do §1º do art. 2º da IN nº 65/2020, pois foi utilizada a Tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal, legalizada pelo Decreto nº 7.983/2013, em perfeita vigência, que estabelece a necessidade de definir o custo unitário e global dos serviços de engenharia, custeadas com recursos provenientes da União, bem como também foi efetuada uma pesquisa de preço de mercado para avaliar o custo médio de confecção de mobiliário planejado no local. Vale transcrever as suas disposições que tratam do tema:

“Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. **O Sinapi** deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal – CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.”

Assim, infere-se, que a observação da tabela SINAPI encontra-se presente no Decreto nº 7.983/2013, permanecendo obrigatória para a Administração Pública Federal.

6.3 Não obstante a obrigatoriedade de observância do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, nos termos do Decreto nº 7.983/2013, verificou-se que determinados serviços necessários à manutenção predial, conforme as demandas específicas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército e dos órgãos participantes do pregão, não possuem composições disponíveis ou tecnicamente adequadas naquela base de dados.

6.3.1 Nessas situações, de forma subsidiária, excepcional e devidamente motivada, foram adotadas outras bases oficiais de referência de preços, com prioridade para aquelas vinculadas ao Estado de São Paulo, por refletirem com maior aderência as condições regionais de mercado, insumos, produtividade e métodos construtivos, tais como CPOS/CDHU, SIURB, FDE e SBC, conforme a natureza de cada item.

6.3.2 Apenas nos casos em que não foi possível identificar composições compatíveis tanto no SINAPI quanto nas bases estaduais, recorreu-se, em último caso, a bancos de dados de outros entes federativos, como o ORSE, sempre mediante análise técnica de compatibilidade e adequação às condições locais.

6.3.3 Ressalta-se que a utilização complementar de múltiplas bases de referência não afasta nem descaracteriza a observância do SINAPI como base principal, uma vez que todos os preços foram submetidos a critérios uniformes de atualização, composição de encargos sociais e aplicação de BDI, assegurando a consistência metodológica da estimativa de custos e a compatibilidade dos valores com a realidade de mercado.

6.3.4 Dessa forma, a metodologia adotada atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, além de estar alinhada às orientações dos órgãos de controle, que admitem a utilização motivada de referências distintas do SINAPI quando tecnicamente justificável e necessária ao atendimento do interesse público.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Abrange a prestação do serviço comum de engenharia para atender as necessidades da Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

7.2. Prestação de serviços com os materiais necessários para confecção, reparo ou instalação incluso.

7.3. Detalhamento dos SERVIÇOS:

7.3.1. O serviço será executado nas diversas dependências da Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

7.3.2. O serviço a ser executado pela contratada atenderá as necessidades de manutenção predial de acordo com as solicitações e consistem em:

7.3.2.1. Manutenção gerais nas diversas áreas pertencentes à Escola, compreendendo serviços manutenções de elétrica, manutenção na parte hidráulica, serviços de pintura, de alvenaria, etc.

7.4 A contratada deverá executar o serviço utilizando materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução, conforme descrição e exigências do Termo de Referência.

7.5 A contratada cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade permaneça sempre limpa e organizada.

7.6. MATERIAIS:

7.6.1. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército ficará isenta de quaisquer responsabilidades como furtos, cópias, reutilização entre outros da propriedade industrial, assim como o descarte conforme legislação ambiental.

7.7. Estão excluídos do Termo de Referência os serviços decorrentes de danos causados aos equipamentos produzidos por caso fortuito ou força maior.

7.8 Todos os materiais usados na reforma, tais como tinta, massa acrílica, lixa, produtos químicos, pisos, elétricos e hidráulicos, tijolos, cimento, areia, etc., serão por conta da contratada, bem como os pequenos materiais, tais como acabamentos de tomadas, maçanetas e lixeiras, entre outros que se fizerem necessários.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As especificações do serviço pretendido para a contratação estão contidas no quadro 1.1.1 do Termo de Referência, são necessárias da forma como estão descritas, devido à particularidade das instalações da EsPCEX e UG integrantes do GAL/11ª Bda Inf Mec e que se fossem especificadas de qualquer outra maneira poderiam levar ao prejuízo do bem público e do patrimônio histórico que é a EsPCEX.

8.1.1. Para atender as demandas da EsPCEX, os serviços devem ser contratados pela Escola, via licitação, com recursos repassados pelos Órgãos Superiores da administração, pois não são fornecidos pela cadeia de suprimento do Exército;

8.1.2. O quantitativo do serviço solicitado representa a necessidade estimada para um período de 12 (doze) meses e pauta-se no quantitativo do serviço demandado, na metragem quantitativa das instalações da EsPCEX e da necessidade da manutenção preventiva e corretiva, visando a conservação e o zelo. Não há como pautar-se somente no quantitativo com gastos anteriores, para sanar essa deficiência utilizou-se da experiência dos profissionais que operam nas respectivas Organizações Militares, tendo por fundamento a boa técnica da engenharia.

8.1.3. Os quantitativos solicitados representam as necessidades para um período de 12 (doze) meses;

8.1.4. Justificadamente, portanto, e opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, visto que há uma previsão de créditos e não o concreto consolidado e descentralizado para a EsPCEX. Também em virtude do exato enquadramento das necessidades da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (UASG Gerenciadora), nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, por encontrar embasamento no Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, pelo motivo abaixo exposto:

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou **contratação de serviços remunerados por unidade de medida** ou em regime de tarefa.

III - quando for conveniente para atendimento a **mais de um órgão ou a mais de uma entidade**, inclusive nas compras centralizadas;

V - quando, pela natureza do objeto, **não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado** pela Administração.

8.2. As quantidades estão dimensionadas apenas para atender a EsPCEX e UG integrantes do GAL/11ª Bda Inf Mec, e não será admitida a adesão por outros órgãos que não sejam participantes, tendo em vistas a especificidade dos serviços a serem contratados.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 19.907.774,96

9. O valor estimado da licitação perfaz o montante cotado na pesquisa de mercado e referenciado no Termo de Referência.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Para a perfeita execução dos serviços pretendidos não se faz necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247. Quando o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto a ser licitado, a contratação parcelada do objeto é obrigatória.

11.2. Mesmo que a administração se utilize da via da regra, em parcelar o objeto em quantos itens forem necessários, a IN 05/2017 de 25 de maio de 2017, em seu inciso VIII, do § 1º, do art. 24, salienta a necessidade da justificativa do parcelamento ou não do objeto em seus estudos preliminares.

11.3. Desta forma, em atendimento a legislação vigente, o Ordenador de Despesas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, no uso de suas atribuições legais, justifica que os serviços pretendidos, serão conjugadas em grupos de itens para atender a viabilidade técnica do objeto e produzir resultados em relação a economicidade e fiscalização.

11.4 Em relação a viabilidade técnica, o agrupamento de itens por tipo de serviço será mais viável do que o parcelamento total da licitação, visto que em cada agrupamento um serviço necessita do outro para poder ser finalizado e, que se for diferente da forma adotada, poderá acarretar em atrasos na entrega ou a não complementação do objeto, podendo a trazer prejuízos à administração e conseqüentemente à União.

11.5 Também, o agrupamento do objeto possibilitará a maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

11.6 No desenvolvimento do presente Estudo Técnico Preliminar, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se os aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de gestão contratual envolvidos na contratação.

11.6.1 Os serviços previstos encontram-se organizados em grupos de atividades homogêneas e correlatas, que guardam entre si interdependência técnica e sequencial, tais como demolição, retirada de entulho, recomposição, execução de elementos estruturais pontuais, cobertura, instalações e acabamentos. A execução dessas atividades de forma fragmentada, por empresas distintas, acarretaria descontinuidade operacional, necessidade de espera entre a conclusão de uma etapa e o início de outra, além de risco de degradação de áreas parcialmente executadas, comprometendo a eficiência e a tempestividade da manutenção predial.

11.6.2 Adicionalmente, o fracionamento excessivo do objeto dificultaria a fiscalização dos serviços, ampliaria a complexidade da gestão contratual e tornaria mais onerosa a atribuição de responsabilidades por eventuais falhas de execução, uma vez que serviços complementares estariam a cargo de diferentes contratadas. A execução integrada por grupos permite maior controle da qualidade, responsabilização clara e uniformidade técnica dos serviços prestados.

11.6.3 Ressalta-se que, embora os serviços possuam, em sua maioria, baixa complexidade técnica individual, característica típica de manutenção predial rotineira, sua execução demanda coordenação operacional e encadeamento lógico, o que recomenda a contratação por grupos. As composições utilizadas são amplamente difundidas no mercado, com referência a bases públicas oficiais, notadamente o SINAPI, o que reforça o caráter de serviços comuns de engenharia.

11.6.4 Do ponto de vista da economicidade, o parcelamento por item isolado poderia resultar em aumento de custos globais, em razão da perda de sinergia logística, da multiplicação de mobilizações e desmobilizações de equipes e da maior probabilidade de retrabalhos, não se mostrando, portanto, a alternativa mais vantajosa para a Administração.

11.6.5 O modelo adotado não configura restrição indevida à competitividade, tampouco impede a participação de micro e pequenas empresas, uma vez que os grupos de serviços foram definidos com base na similaridade técnica e na lógica de execução, e não em razão de elevada complexidade ou especialização, preservando-se a ampla concorrência.

11.6.6 Dessa forma, conclui-se que o agrupamento dos serviços, conforme estruturado, atende aos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e competitividade, estando alinhado ao entendimento manifestado pela Advocacia-Geral da União quanto à necessidade de fundamentação técnica do parcelamento, especialmente no que se refere à continuidade dos serviços, à qualidade da execução e à adequada fiscalização contratual.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação pretendida está alinhada com os elementos da EsPCEX, com as metas do Plano Plurianual e com os planos dos órgãos vinculados.

12.2 A execução das contratações alinhadas aos objetivos do planejamento, proporcionará um investimento que contribuirá para o alcance do objetivo principal da Escola de Cadetes do Exército sem desperdício de recursos.

13. Resultados Pretendidos

13.1 Adequação, melhoramento, manutenção e conservação das áreas da EsPCEEx, voltadas para grandes eventos e atividades que ocorrerão no decorrer deste ano e principalmente a preservação das instalações de nossa Escola, tendo em vista que nossa instituição tenha mais de setenta anos de existência, havendo muitas locais que necessitam do serviço de manutenção predial.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Gestão eficiente dos recursos disponíveis para serviços de manutenção, garantindo meios adequados e eficazes para a execução das atividades dentro dos padrões de segurança e qualidade necessários ao cumprimento da missão institucional da EsPCEEx.

14.2. Proporcionar economicidade à Administração por meio da contratação de serviços de manutenção predial, evitando o uso de soluções mais onerosas, como a aquisição de novos equipamentos ou materiais, sempre que possível.

14.3. Permitir a execução simultânea de diversas atividades de manutenção, sem fracionamentos, assegurando maior coordenação e controle para otimizar o desenvolvimento das tarefas e minimizar interrupções nas operações.

14.4. Com a presente contratação, a EsPCEEx visa garantir a execução de todas as manutenções previstas em seu plano de gestão e, ainda, reserva-se o direito de incluir uma margem de segurança para atender eventuais necessidades de adaptações no cronograma ou novas demandas emergenciais.

14.5. Os benefícios mais notáveis serão:

14.5.1. Aumento da Vida Útil: Manutenção preventiva regular ajuda a prolongar a vida útil de equipamentos e estruturas, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

14.5.2. Redução de Custos: Ao prevenir problemas maiores, a manutenção pode evitar despesas significativas com reparos emergenciais e substituições;

14.5.3. Segurança: Manutenções adequadas garantem que sistemas elétricos, hidráulicos e de segurança estejam em boas condições, reduzindo riscos de acidentes;

14.5.4. Conforto e Satisfação: Ambientes bem mantidos proporcionam mais conforto aos ocupantes, aumentando a satisfação de inquilinos e visitantes;

14.5.5. Eficiência Energética: Sistemas bem mantidos funcionam de maneira mais eficiente, resultando em economia nas contas de energia;

14.5.6. Imagem Positiva: Um prédio bem cuidado transmite uma imagem de profissionalismo e seriedade;

14.5.7. Gerenciamento de Riscos: Identificação precoce de problemas ajuda a mitigar riscos que podem levar a grandes prejuízos; e

14.5.8. Tranquilidade: Saber que a manutenção está sendo realizada por profissionais capacitados proporciona paz de espírito para todos os militares e servidores civis que frequentam as unidades em questão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Entre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, evidenciam-se a utilização de servidores e empregados perfeitamente capacitados para a fiscalização do contrato referente ao serviço, bem como a elaboração de cronogramas com eventos mensais quando esses serviços ultrapassarem um mês.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Em consideração aos critérios de sustentabilidade ambiental e em consonância com a IN nº 01/2010 – SLTI/MPOG e o Decreto nº 7746/2012, o Pregoeiro poderá solicitar os seguintes documentos:

- 16.1.1. Comprovante de Registro do fabricante dos veículos no cadastro técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 e nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata;
- 16.1.2. Certificado que comprove que os veículos utilizados pela licitante encontram-se dentro dos níveis de emissões de poluentes permitidos pelo Programa de Controle de Emissões Veiculares (PROCONVE), conforme resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº315, de 29/10/2002;
- 16.1.3. Certificado que comprove que os veículos utilizados pela licitante encontram-se dentro dos níveis de emissões de poluentes permitidos pelo INEA, através do boletim de medição de Emissão Veicular – CicloDiesel;
- 16.1.4. Caso o licitante seja dispensado do cumprimento dos critérios elencados nos subitens acima, por força de dispositivo legal, o mesmo deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente;
- 16.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável biodiesel, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.
- 16.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 16.4. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.
- 16.5. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruídos, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.
- 16.6. A CONTRATADA deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 16.7. A CONTRATADA deverá prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 16.8. De acordo com o Decreto nº 7.746, de 5 JUN 12, a EsPCEX poderá exigir do fornecedor os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 16.8.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA
- 16.8.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; e
- 16.8.3. Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- 16.9. A comprovação do disposto no item “14.7.” poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do referido dispositivo.
- 16.10. Selecionada a proposta, antes da emissão da Nota de Empenho, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão poderá realizar diligências para verificar a adequação do serviço às exigências de sustentabilidade ambiental aqui prevista, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não confirme a adequação do serviço, a proposta selecionada será desclassificada.
- 16.11. Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a CONTRATADA um Acordo de Nível de Serviço (ANS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.
- 16.12. É obrigação da CONTRATADA implementar o sistema de logística reversa para realizar o descarte dos componentes de troca na manutenção da frota, como as peças e óleo, para uma empresa certificada em logística reversa e comprometida com a responsabilidade compartilhada.
- 16.13. Sempre que possível, a CONTRATADA deverá fornecer informações ou relatórios de medição e controle de emissões de gases de efeito estufa ou outros poluentes da frota, que serão utilizados para aferição do atendimento de metas no ANS, e ainda apresentar as ações para mitigar os efeitos danosos ao meio ambiente.
- 16.14. A CONTRATADA deve comprovar a aquisição de veículos mais eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCON VE) e Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMO T).
- 16.15. Só será admitido o uso de veículos automotores que atendam aos limites máximos de ruídos definidos na Resolução CONAMA nº 1/93 e na Resolução nº 272/2000.

16.16. É obrigação da CONTRATADA o uso de rede de postos ou oficinas com capilaridade e alcance suficiente para evitar o deslocamento a longas distâncias para o abastecimento.

16.17. A CONTRATADA deverá utilizar redes de abastecimento e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais, onde existem boas práticas relativas ao reúso da água, coleta seletiva de resíduos, descarte ambientalmente adequado de óleo, etc.

16.18. A CONTRATADA deverá, na prestação do serviço, dar preferência ao abastecimento em postos que estejam no trajeto do transporte que será realizado, sempre que possível, e nos demais casos restringir os deslocamentos para o abastecimento a um raio máximo de 2 km da origem ou do local de destino.

16.19. A CONTRATADA deverá realizar treinamento relativo ao eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

16.20. Só serão aceitas aquelas prestadoras de serviços que desenvolvem ações para contribuir com a conscientização no trânsito, comprovadamente.

16.21. A CONTRATADA deverá desenvolver critérios para controlar multas e acidentes, utilizando indicadores, e reduzir os custos, além de aumentar a segurança e a saúde dos condutores e terceiros.

16.22. Realização dos serviços conforme constante nas cláusulas contratuais, obedecendo aos critérios de responsabilidade ambiental previstos.

16.23. Abastecimento da frota utilizando biocombustíveis e localmente, para evitar a emissão de gases poluentes na atmosfera.

16.24. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da frota, como óleos e pneus, aos responsáveis pela fabricação ou fornecedores.

16.25. Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a contratada não produzir os resultados ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no Acordo de Nível de Serviços (ANS).

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Justificada pela necessidade e pela forma de proposta da prestação dos serviços.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ EDUARDO TRINDADE SANTANA

Chefe da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 10:25:16.

EVERTON PINHEIRO DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 10:34:45.

LUCAS GONCALVES DA SILVA

Membro da Equipe de Contratação